

AValiação e Educação Especial: Uma Análise das Produções Acadêmicas

Shellen de Lima Matiazzi¹

Alexandro Braga Vieira²

Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

Eixo Temático 4: Especificidades do público-alvo da educação especial; diagnóstico; serviços de apoio, tecnologia assistiva e comunicação alternativa/ampliada

Resumo:

O estudo é um recorte da pesquisa de doutorado denominada “Avaliação de crianças com deficiência intelectual na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. O presente texto estabelece como objetivo analisar as produções bibliográficas relacionadas à avaliação de crianças público-alvo da Educação Especial, estabelecendo um panorama sobre as pesquisas publicadas sobre a temática em tela. Adota como recorte temporal o ano de 2008, considerando a implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva (PNEEPEI), até o ano de 2022, dialogando com publicações constituídas em várias universidades brasileiras. Nesse sentido, promove interlocução com conceitos, concepções e desafios sobre as práticas avaliativas de crianças público-alvo da Educação Especial nas escolas comuns. Utiliza-se, como abordagem metodológica, a pesquisa bibliográfica, a partir da consulta a depositórios que alojam investigações, considerando o tempo delimitado para a busca. Fundamenta-se nas teorizações de Esteban (2004, 2006), Jesus et. al. (2015), Mendes et. al. (2015), dentre outras, visando compreender a avaliação em Educação Especial, relacionando-a as políticas e práticas nos contextos escolares. Os resultados evidenciam o quanto as pesquisas sobre a avaliação em Educação Especial têm buscado ampliar os conhecimentos relacionados à temática, fazendo transversalizar assuntos como as avaliações de larga escala, os modos como os atos de avaliar são retratados nos documentos oficiais, a formação de professores, os processos de aprendizagem e os currículos, os diagnósticos, os métodos avaliativos e os instrumentos de registros, oferecendo subsídios para se pensar em ações pedagógicas mais democráticas e inclusivas nas escolas comuns.

Palavras-chave: Educação Especial. Avaliação. Inclusão.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Ufes, na linha de Educação Especial e Processos Inclusivos. E-mail: shematiazzi@hotmail.com

² Professor do Programa de Pós-Graduação e do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação, Ufes. E-mail: allexbraga@hotmail.com

Introdução

Assovia o vento dentro de mim. Estou despido.
Dono de nada, dono de ninguém,
nem mesmo dono de minhas certezas,
sou minha cara contra o vento,
a contravento,
e sou o vento que bate em minha cara.

Eduardo Galeano (2002)

Eduardo Galeano (2002) nos convida encontrar o vento. Coloca-nos (frente a frente) a nós mesmos para dialogar com nossas (in) certezas, na tentativa de se encontrar outros possíveis e promover novas ventanias...

Sensibilizados com suas palavras, colocamos nossas “verdades” em análises/suspensão e, diante de muitas inquietações, buscamos outras produções que possam fundamentar o estudo sobre “Avaliação de crianças com deficiência intelectual na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental”, temática que alimenta o estudo de doutoramento em curso no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

Seguindo o fluxo, nos desafiamos em compreender um pouco mais sobre o problema de pesquisa, investigando o que vem sendo discutido pela literatura nacional sobre a avaliação na interface com os pressupostos teóricos da modalidade de Educação Especial em uma perspectiva inclusiva.

Entendemos que a avaliação tem sido historicamente utilizada como um mecanismo voltado a conferir as aprendizagens de crianças, adolescentes, jovens e adultos, a partir de uma concepção homogênea sobre os modos de aprender-ensinar, cenário que acaba por torná-la um instrumento de classificação, seleção e segregação nos espaços escolares (ESTEBAN, 2004).

Esteban (2006, p.30) afirma que este modo de conceber os processos avaliativos se configura como “[...] a desigualdade que penetra no cotidiano escolar, ali se revela e se desenvolve com características peculiares”. A avaliação em uma perspectiva positivista (que mensura o quanto de conhecimento foi absorvido³ pelo estudante) implica as práticas avaliativas, trazendo consequências escolares e sociais, pois delimita quem são os sujeitos aptos a aprender e avançar nos anos escolares, limitando o ato de avaliar ao estudante.

³ Utilizamos o conceito atrelado a concepção de aprendizagem pela abordagem positivista.

Quando direcionamos olhares para a avaliação em Educação Especial, podemos dizer daquela direcionada a identificar o estudante para encaminhamento ao atendimento educacional especializado, da avaliação relacionada ao planejamento do trabalho pedagógico, assim como daquela voltada a acompanhar (“mensurar”) a aprendizagem. No primeiro caso, em muitos contextos educativos, os laudos médicos balizam o processo. Na ausência dos diagnósticos, um ciclo avaliativo se realiza na escola, perpassando pelo olhar do professor da classe comum, dos pedagogos e do pessoal que atua no atendimento educacional especializado. Concluído esse ciclo no interior das escolas, as famílias são acionadas para encaminhamento do estudante ao sistema de saúde para a constituição dos laudos (JESUS et al, 2015; MENDES, D’AFFONSECA, 2015).

As autoras destacam também a avaliação para o planejamento do trabalho pedagógico, quase sempre, constituída a partir das ausências/limites dos estudantes e não necessariamente de uma proposição curricular. Muitas vezes, planeja-se para uma certa deficiência e não para o estudante como sujeito capaz de aprender. A terceira perspectiva de avaliação se direciona para o acompanhamento da aprendizagem, traçando estimativas sobre os níveis e processos de desenvolvimento dos estudantes.

Na contramão do que se possa compreender sobre o que é a avaliação – como mecanismo de classificação e seleção – buscamos investigar como essa(s) prática(s) podem ser (re)pensadas de modos mais democrático, levando em consideração os sujeitos e seus processos aprendentes. Para tanto, neste ensaio, buscamos dialogar com pesquisas e publicações relacionadas à avaliação em Educação Especial, tensionando possibilidades existentes para avançar na discussão da temática em tela.

Recorremos à pesquisa bibliográfica para compreender como a temática “Avaliação em Educação Especial” tem sido analisada academicamente, estabelecendo um panorama sobre os modos como o tema vem sendo estudado.

A opção pela pesquisa bibliográfica se justifica pela possibilidade de diálogo com conhecimentos já produzidos e o desafio de poder avançar. Pizzani et. al. (2012, p. 54) afirma que a pesquisa bibliográfica se constitui como um processo de “[...] revisão de literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico”. Ainda acresce ao debate, a reflexão sobre a importância do levantamento

bibliográfico, a partir de diferentes fontes de consulta (PIZZANI, et.al, 2012), cujo objetivo é conferir legitimidade ao processo de pesquisa.

Assim, por meio da pesquisa bibliográfica, buscamos compreender o que vem sendo publicado para que possamos analisar, debater e discutir. Entendemos que o diálogo com produções científicas pode subsidiar novos conhecimentos sobre a “Avaliação em Educação Especial”, evidenciando enfoques e perspectivas delineadas, assim como conceitos e concepções abordados na literatura científica, considerando a temática em tela (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Caminho teórico-metodológico

O levantamento acadêmico-bibliográfico é uma estratégia que leva o pesquisador a se familiarizar com produções acadêmicas que estejam relacionadas à temática a ser pesquisada, em nosso caso, a avaliação de crianças com deficiência intelectual na transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Com isso, o método nos permite ampliar as discussões que vêm sendo delineadas no campo acadêmico, inclusive sobre uma temática complexa que é a avaliação no contexto escolar.

Para Gil (1999), a pesquisa bibliográfica possibilita ao pesquisador investigar (de modo mais amplo) os diferentes fenômenos interpostos no campo em estudo, em especial, quando o problema de pesquisa reúne diferentes conhecimentos a serem compilados. O autor sinaliza a importância de, durante o processo de investigação, os procedimentos de coleta, a categorização e a compilação do que foi produzido, destacadamente, no uso de diferentes fontes, evidenciarem as inconsistências e contradições possíveis, contexto que leva o pesquisador a refletir sobre as concepções e os desafios existentes nos estudos analisados. No caso desta investigação de doutoramento, a pesquisa bibliográfica favorece o debate sobre a política e a prática pedagógica, bem como as nuances e possibilidades dos usos e dos modos de compreender a avaliação na interface com os pressupostos da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva.

Ao realizar a pesquisa bibliográfica, é possível tomar conhecimento sobre a amplitude das produções acadêmicas, tanto no contexto nacional e até internacional, utilizando-se de bases de dados disponíveis que subsidiam a pesquisa, conferindo autenticidade ao estudo. Assim, a pesquisa bibliográfica tem o intuito e o interesse de:

[...] conhecer as mais variadas, plurais e distintas contribuições científicas disponíveis sobre um determinado tema. É a pesquisa bibliográfica que oferece o suporte a todas as fases de qualquer tipo de pesquisa, uma vez que auxilia na definição do problema, na determinação dos objetivos, na construção de hipóteses, na fundamentação da justificativa da escolha do tema e na elaboração do relatório final (FONTANA, 2018, p. 66).

Dessa forma, optamos por realizar a busca nas seguintes bases de dados: a) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); b) no sítio de reuniões e publicações do Grupo de Trabalho de Educação Especial (GT 15) da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped); c) no Google Scholar; d) na página virtual da Scientific Electronic Library Online (SciELO). Essa busca adotou como objetivo levantar e analisar as publicações produzidas no campo da avaliação em educação especial, tendo como escopo, o âmbito nacional e a América Latina.

Ainda nos debruçamos a pesquisar nas páginas virtuais do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Programas de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação, ambos da Ufes, com a finalidade de compreender como a temática da avaliação na interface com a Educação Especial tem sido debatida localmente, em especial, na região metropolitana e na cidade de Vitória-ES.

Utilizamos como descritores: “avaliação da aprendizagem”, “educação especial” e “transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental”, buscando publicações que contemplassem combinações entre os descritores mencionados.

Na impossibilidade de realizar o cruzamento de todos os descritores, optamos em fazê-lo, a partir da junção de dois termos, por vez. Assim, traçamos o cruzamento entre os descritores: a) “avaliação da aprendizagem e educação especial”; b) “avaliação da aprendizagem e transição da educação infantil para o ensino fundamental”; c) “educação especial e transição da educação infantil para o ensino fundamental”.

Buscamos analisar as publicações a partir de 2008, ano de publicação do documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva” (PNEEPEI) – importante marco no que concerne aos princípios, concepções políticas e práticas elaboradas para o campo da Educação Especial – até os dias atuais, em 2022, com a finalidade de capturar as publicações mais recentes e os avanços obtidos no campo da discussão da avaliação em educação especial. Assim, com esses procedimentos, foram levantados 42 estudos que sustentam nossas análises e reflexões.

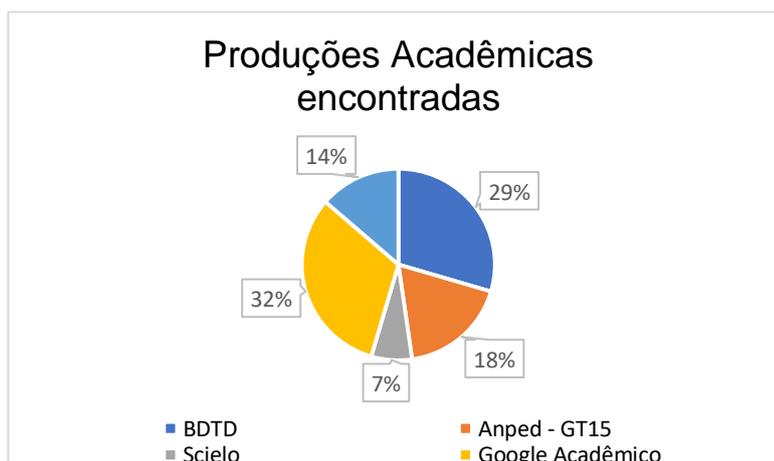
Análises e reflexões

O campo de pesquisa sobre a avaliação da aprendizagem precisa ser constantemente atualizado, tendo em vista os desafios presentes em se avaliar nos contextos escolares. Trata-se de uma temática com vários desdobramentos – a avaliação da aprendizagem, a institucional, a de larga escala, dentre outras – evidenciando a importância/necessidade de investigações sobre a temática.

A avaliação relacionada à Educação Especial carece também de investigações, tendo em vista implicar na identificação dos alunos, no planejamento do trabalho pedagógico e no acompanhamento à apropriação do conhecimento, dentre outras questões possíveis de serem relacionadas. Os desafios que atravessam esse cenário ressaltam a importância do debate que pretendemos realizar e a necessidade de se pensar sobre o ciclo avaliativo quando falamos dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Diante dessas considerações, fizemos a seleção de trabalhos para inter-relacioná-los com a investigação que sustenta a pesquisa de doutoramento. O gráfico 1 nos permite apresentar os bancos de dados, assim como o número de trabalhos nele existentes, totalizando os 42 estudos levantados.

Gráfico 1: Número de produções acadêmicas levantadas por sítios.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Foram levantados 12 trabalhos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); 8 publicações no GT 15 (Educação Especial) da Anped; 13 trabalhos no Google Acadêmico; 3 no SciELO e, por fim, 6 nos Programas de Pós-

Graduação em Educação (PPGE e PPGMPE) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Destaca-se o fato de possibilitarem (de modo direto ou indireto) abordagens relacionadas à avaliação da aprendizagem, às crianças público-alvo da Educação Especial e aos processos de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

A partir do corpus⁴ de análise constituído, realizamos a leitura, a análise e a sistematização dos trabalhos selecionados, o que nos possibilitou: a) a organização das publicações por temáticas; b) organização de textos que dialogassem entre si; c) a possibilidade de criação de categorias temáticas mais presentes na discussão sobre avaliação da aprendizagem e Educação Especial.

Assim, agrupamos os textos em sete categorias temáticas, quais sejam: 1- Avaliação da Aprendizagem em Larga Escala e a Educação Especial (4 produções); 2 - Avaliação da Aprendizagem: diálogos com os documentos oficiais (4 textos); 3 - Avaliação da Aprendizagem na Educação Especial e as implicações na formação de professores (5 publicações); 4 - Avaliação da Aprendizagem e Currículo: direcionando olhares para a Educação Especial (5 publicações); 5 - Avaliação da Aprendizagem e a produção de diagnósticos (8 textos); 6 - Concepções e práticas avaliativas: métodos, critérios e instrumentos em relação a Educação Especial (4 produções); 7 - Avaliação da Aprendizagem na Educação Especial: processos inclusivos ou excludentes? (12 publicações). Destacamos, brevemente, as principais discussões realizadas nesses estudos e categorias temáticas.

Ao analisarmos os estudos relacionados à **avaliação da aprendizagem em larga escala e a Educação Especial**, tendo por objetivo compreender como tem se dado a participação dos alunos PAEE nas avaliações externas, identificamos, nos textos apresentados, problematizações e implicações relacionadas a essa participação no que concerne a um acompanhamento de monitor/a ou do professor/a da Educação Especial aos estudantes durante a realização dos exames. Os estudos também falam de um tempo maior para finalização da prova, quando necessário, evidenciando o quão as provas são extensas e cansativas. Para Bragagnolo (2017), faz-se necessário a (re) adequação do instrumento avaliativo, considerando as

⁴ Com base nos estudos de Morosini (2014), organizamos nossa pesquisa acadêmico-bibliográfica para realizar o levantamento, análise e sistematização das fontes, conjunto de textos e leituras que fundamentam a revisão de literatura do estudo em tela.

especificidades dos estudantes PAEE, de modo a garantir o fidedigno processo avaliativo sobre os percursos de aprendizagem dos estudantes.

Nesses estudos, pudemos evidenciar, em síntese, a preocupação em garantir a participação dos estudantes nas avaliações de larga escala e a melhoria dos índices de colocação. Todavia, os estudos sinalizam que essas provas, sem as adequações, deixam de priorizar os estudantes e suas singularidades, destacando a necessidade de avanços na articulação entre a política de Educação Especial e as avaliações educacionais em larga escala.

Com relação à **avaliação da Aprendizagem: diálogos com os documentos oficiais**, identificamos que os autores realizaram, dentro da perspectiva do que preconiza os documentos oficiais (legislações, diretrizes e afins), como tem se dado os processos de avaliação de alunos PAEE, assim como quais as lacunas existentes no âmbito legal que fragilizam as práticas avaliativas nos contextos escolares. Por fim, como essas práticas avaliativas vem sendo debatidas no campo acadêmico, a partir das vivências escolares e dos diálogos estabelecidos com o campo legislativo.

Com base em pesquisa documental, Fernandes (2010) sinaliza o avanço gradual no campo da inclusão e, mais detidamente, sobre os modos pelos quais foram se construindo as estratégias de avaliação pensando a Educação Especial sob uma perspectiva inclusiva. Por outro lado, enfatiza que os documentos oficiais apresentam uma concepção geral sobre a avaliação nessa modalidade de ensino, o que requer uma abordagem mais aprofundada sobre a temática. Além disso, que a avaliação tem por finalidade possibilitar o desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes PAEE, trazendo indicativos sobre recursos e materiais necessários que podem ampliar e qualificar esses processos de ensino e aprendizagem.

Alves (2018) aponta que, nos estudos que realizou, há concepções distintas de avaliação e de educação especial relacionadas às crianças/estudantes com deficiência intelectual, conforme a abordagem que desenvolveu. Acentua, ao debate, que para professores que atuam com crianças PAEE há necessidade de aprofundamento dessas concepções, cujo entendimento é de que a avaliação está para além do registro de desempenho de alunos ou conteúdos escolares aprendidos, sinalizando um importante papel desempenhado pelos instrumentos avaliativos, a considerar os processos pelos quais o alunado aprende, o que requer um olhar atento às políticas e às práticas educacionais para essa modalidade de ensino.

Considerando a abordagem sobre a **avaliação da aprendizagem na Educação Especial e as implicações na formação de professores**, as publicações relacionadas trazem à tona questões formativas que impactam diretamente nos modos de compreender os processos de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiências. Destacam como a avaliação da aprendizagem acontece e quais são os saberes docentes implicados nesses processos avaliativos. A partir das pesquisas com professoras que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental, como sinaliza Caramão (2009), a avaliação é desafiadora nos seus diferentes aspectos, desde a elaboração até se pensar nas especificidades das crianças com deficiência. Revelam um conhecimento teórico superficial sobre a avaliação e a necessidade de entender sobre como praticá-la, o que requer aprofundamento sobre os conceitos de avaliação nos processos de formação inicial e continuada de professores.

Foi possível compreender que, para a qualificação das práticas avaliativas nas diferentes perspectivas, é fundamental avanços no campo da formação docente, ampliando um repertório teórico-conceitual e de práticas educativas-avaliativas que afirmem uma educação que levem em consideração um olhar não homogeneizante sobre os sujeitos.

Na categoria temática intitulada **avaliação da aprendizagem e currículo: direcionando olhares para a Educação Especial**, compreendemos, a partir das publicações, a necessária ruptura com práticas escolarizantes tradicionais que visam à classificação dos sujeitos, à hierarquização dos conteúdos e à fragmentação dos modos de ensinar e aprender. Quando se fala de alunos PAEE, emerge a importância de se ampliar as discussões, frente à fragilidade curricular e ao planejamento que não considera as especificidades das crianças/estudantes. Como sinaliza Pletsch et.al. (2016, n/p), ao destacar sobre a educação de pessoas com deficiência intelectual:

Acreditamos que todo o processo histórico corrobora com esse panorama ao revelar que a pessoa com deficiência intelectual, em decorrência de conceitos, classificações, avaliações e diagnósticos da própria deficiência passou a ser alvo da construção de um sujeito com poucas perspectivas educacionais, colocado e mantido à margem, excluído ou segregado, por desviar-se do padrão de “normalidade” social (PLETSCH et.al, 2016, n/p).

Em contraposição, os estudos analisados dão direcionamentos a ações curriculares que visem à aquisição e à produção de conhecimentos pelos alunos PAEE e o planejamento como uma atividade docente que se articula ao trabalho colaborativo visando, com isso, fortalecer os processos de ensino e aprendizagem,

bem como a constituição de processos educativos e avaliativos reflexivos capazes de possibilitar práticas pedagógicas que visem o direito à aprendizagem dos estudantes.

No que tange a **avaliação da aprendizagem e a produção de diagnósticos**, os estudos sinalizam como os modos praticados de avaliação padronizada desconsideram os sujeitos. A classificatória acaba por padronizar perspectivas, criando modelos a serem seguidos e, conseqüentemente, produzindo diagnósticos e rotulações para aqueles que não se enquadram, o que, muitas vezes, são enxergados apenas pelas ausências e nunca por suas potencialidades.

Santos (2016) afirma que esses modelos praticados são normativos e criam limitações aos sujeitos. São classificações que acabam por anular a vida em toda a sua potência. Will (2021) diz o quanto a produção de diagnósticos e laudos limitam a ação docente, impactando as práticas educativas escolares. Desta maneira, compreendemos que, na contramão dos diagnósticos e laudos que levam à produção de práticas excludentes, sinalizamos perspectivas que venha, contribuir nos debates e reflexões sobre a escolarização de crianças com deficiências e práticas educativas-avaliativas inclusivas.

Quando discutimos a categoria **concepções e práticas avaliativas: métodos, critérios e instrumentos em relação a Educação Especial**, os estudos evidenciam a necessidade de práticas avaliativas capazes de produzir estratégias que considerem as necessidades e as especificidades das crianças e estudantes PAEE. Para Terra (2014), a avaliação ainda gera dúvidas e desafios dentro dos sistemas de ensino, em especial, quando relacionada aos processos avaliativos de crianças atendidas pela modalidade da educação especial/deficiência intelectual – as quais ela direcionou olhares durante o desenvolvimento de sua pesquisa. Para a autora, quando não há atenção às diferentes dimensões da avaliação, a responsabilização recai sobre o desempenho dos estudantes.

Em contrapartida, a autora sinaliza a importância de se pensar a avaliação que não seja simplificação de conteúdos, mas que busque revisar a organização escolar, a qualidade dos serviços, as redes de apoio e os aspectos metodológicos delineados para a realização dos processos avaliativos (TERRA, 2014).

Em diálogo com as colocações acima analisadas, nos debruçamos a problematizar a sétima e última categoria, a **avaliação da aprendizagem na Educação Especial: processos inclusivos ou excludentes**, sendo possível

perceber o quão os processos avaliativos precisam considerar a modalidade da educação especial. Nesse eixo, identificamos um campo mais abrangente no que concerne o número de publicações, de modo que, ao categorizarmos, também identificamos que essa categoria se direciona à educação inclusiva de forma mais ampla. Quando analisada de forma mais minuciosa, há estudos analisam em que medida as práticas avaliativas são inclusivas ou excludentes.

Ao compilar os estudos e analisá-los, foi possível compreender como as práticas inclusivas – que levem em consideração as especificidades dos alunos – buscam problematizar, pensar e elaborar propostas educativas-avaliativas com base em recursos específicos, estratégias e metodologias adequadas às necessidades de cada criança, possibilitando o desenvolvimento e a aprendizagem aos alunos público-alvo da educação especial.

Vitorino (2016) sinaliza que, quando há aplicabilidade de instrumentos ou metodologias diversificadas, as práticas avaliativas tendem a fornecer informações importantes sobre os percursos aprendentes dos estudantes, bem como possibilitam práticas reflexivas aos docentes, o que se configura como possibilidades de avaliação que caminham em direção à inclusão de crianças/estudantes PAEE nas escolas comuns.

Tecendo considerações

Considerando as questões apresentadas, ficamos a refletir: qual é o papel da avaliação nos processos de ensino-aprendizagem? Apesar de ser quase unânime a compreensão de sua presença indispensável nos contextos escolares, a avaliação, da forma como acontece, permanece sendo uma temática complexa e divergente. A maneira como as práticas avaliativas aparecem nas escolas sinalizam a necessidade de se pensar, criar e consolidar práticas pedagógicas e, conseqüentemente, avaliativas, mais democráticas (ESTEBAN, 2004).

Entendemos o quão a avaliação não pode ser compreendida como uma temática separada dos atos de ensinar-aprender, como o findar de um ciclo de aprendizagem. A avaliação é um instrumento dinâmico e importante no contexto escolar para se pensar nos processos educativos, estando intimamente ligada às práticas pedagógicas, aos currículos e até aos processos de formação dos/as profissionais da educação.

Quando direcionamos olhares para a avaliação em Educação Especial, é preciso compreender como são pensados e acompanhados os processos avaliativos, ao passo que, como também são compreendidas e planejadas as ações docentes para promover a educação dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantindo-lhes, para além do acesso e permanência, o direito à aprendizagem.

Referências:

ALVES, A.M. **Avaliação da aprendizagem da pessoa com deficiência intelectual: análise de teses e dissertações brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

BRAGAGNOLO, A.L.B. **Avaliação em larga escala: participação do aluno público-alvo da educação especial**. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

CARAMÃO, M.T.M. **Saberes docentes, avaliação e inclusão: estudo de uma realidade**. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

ESTEBAN, M.T. A avaliação do cotidiano escolar. In: ESTEBAN, M.T. GARCIA, R.L. (Org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2004, p.7-28.

ESTEBAN, M.T. **O que sabe quem erra?** Reflexões sobre avaliação e fracasso escolar. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

FERNANDES, T.L.G. **Avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência: estudo documental das diretrizes oficiais**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2010.

FONTANA, F. Técnicas de pesquisa. In: MAZUCATO, T. (org.). Metodologia da pesquisa e do trabalho científico. Penápolis, SP: **FUNEPE**, 2018. p. 59-78.

GALEANO, E. **Livro dos abraços**. tradução de Eric Nepomuceno. - 9. ed. - Porto Alegre: L&PM, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, SP: Atlas, 1999.

JESUS, D. M. et al. Avaliação e educação especial: diálogos sobre diagnósticos, planejamento e rendimento escolar nas salas de recursos multifuncionais. In: MENDES, E. G.; CIA, F.; D’AFFONSECA, S. M. (org.). **Inclusão escolar a avaliação do público-alvo da educação especial**. São Carlos, São Paulo: ABPEE, 2015. p. 327-348.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

MENDES, E.G. D’AFFONSECA, S.M. Avaliação do aluno público-alvo da educação especial. In: MENDES, E.G. CIA, F. D’AFFONSECA, S.M (org.). **Inclusão Escolar e a Avaliação do Público-alvo da Educação Especial**. São Carlos: Marquezini & Manzini, ABPEE, 2015.

MOROSINI, M.C. FERNANDES, C.M.B. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014. Disponível em:<18875-Texto do artigo-77496-1-10-20141124 (3).pdf>. Acesso em 9 out. 2022.

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. RDBCI: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53–66, jul./dez, 2012.

PLETSCH, M.D. CAMPOS, E.C.V.Z. Diálogos entre o currículo e o planejamento educacional individualizado (PEI) na escolarização de alunos com deficiência intelectual. In: I Congresso internacional de Educação Especial e Inclusiva e 13ª Jornada de Educação Especial, 2016, Marília-SP. **Anais [...]**. Marília: Unesp, 2016. Disponível em: <<http://jee.marilia.unesp.br/jee2016/cd/arquivos/109228.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2022.

SANTOS, C.U.N. **O aluno diagnosticado com deficiência intelectual: limites da perspectiva classificatória**. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2016.

TERRA, M.L. **A avaliação da aprendizagem escolar de estudantes com deficiência intelectual**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Unesp, 2014.

VITORINO, S.C. **A avaliação como elemento de inclusão do aluno com deficiência intelectual na escola pública**. Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Unesp, 2016.

WILL, F. S. **O Diagnóstico, o Laudo Clínico e a Escolarização dos Alunos Público da Educação Especial**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.